

Governo promete cumprir prazo de acantonamento das tropas

O Governo de Moçambique diz que vai cumprir o prazo de um de Julho para o fim do acantonamento das suas forças e chama a atenção para a necessidade de se observarem outros aspectos fundamentais em que há atrasos, sobretudo no tocante à formação das novas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

O Ministro do Trabalho, Teodato Hunguana, disse que o Governo moçambicano tem estado a analisar seriamente a questão do prazo do acantonamento, «e o Comandante em Chefe das Forças Armadas garantiu que os prazos seriam cumpridos, e está-se a trabalhar nesse sentido».

Hunguana, que considerou candente a questão do cumprimento ou não do acantonamento nesta data, sublinhou estar-se numa situação em que se fala exclusivamente da necessidade de o Governo cumprir o prazo do acantonamento, um de Julho, «como se o acantonamento fosse unilateral».

«Obviamente que o Governo fixou um novo prazo diferente daquele que foi fixado na resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas e que tinha sido fixado por proposta do representante especial da ONU aqui em Moçambique, e nós pusemos de lado esse prazo e dissemos que não era realista, adoptamos um outro prazo e estamos na disposição de cumprir esse prazo, mas o que é notável é que, neste momento, o coro de vozes se centra apenas na necessidade do Governo cumprir esse prazo; ora, há outros prazos que não estão sendo respeitados, que têm a ver principalmente com a Renamo e com uma parte da comunidade internacional e que são tão fundamentais ou mais do que este do fim do acantonamento», sublinhou Teodato Hunguana.

O governante moçambicano explicou que tais prazos dizem respeito ao processo de formação das FADM, que é tão fundamental como o de acantonamento, «mas disso ninguém fala, e cria-se uma situação em que se dá a impressão de que só o Governo é que tem que cumprir prazos; neste processo toda a gente tem que cumprir prazos; tem que cumprir o Governo, a Renamo, a ONUMOZ e a comunidade internacional envolvida no processo de formação das

FADM».

Na sessão da Comissão de Supervisão e Controlo do Acordo Geral de Paz, da semana passada, os chamados observadores internacionais tomaram uma posição de quase condenar o Governo por não cumprir com os prazos de acantonamento e desmobilização das suas forças.

Teodato Hunguana disse que o Governo entende que a pressão deve ser feita para o cumprimento «rigoroso de todas as partes do acordo, de todos os prazos que respeitam a todos; não é apenas uma pressão extraordinária para o cumprimento de um prazo em relação a uma das partes».

Sem pôr em causa a necessidade de cumprimento do prazo de um de Julho para a conclusão do acantonamento das forças governamentais, Hunguana referiu que pretende com as suas considerações, chamar a atenção de que «há aqui uma situação que não é clara, e nós gostaríamos de ver aqueles que condenaram o Governo numa posição muito mais equilibrada de análise objectiva do processo e não do parecer que estão a tomar partido contra o Governo».

Disse ainda que o Governo moçambicano disponibilizou, para o registo e verificação, a listagem dos homens que não se deslocarão às 29 áreas de acantonamento, cujo registo é feito nos locais onde se encontram, nomeadamente, hospitais e quartel general, entre outros, e que neste momento, depende da Unidade Técnica da ONUMOZ fazer esse registo.

Teodato Hunguana disse que o Governo ainda não tem as listas da Renamo, não só dos homens em centros não acantonáveis, como também daqueles que efectivamente devem ir para centros de acantonamento, porque «a Renamo anunciou efectivos para centros de acantonamento que não alcançou nem sequer em 50 por cento dos efectivos inicialmente previstos».

Depois de Afonso Dhlakama ter dito ao Secretário-Geral das Nações Unidas e a entidades americanas durante a sua recente visita aos Estados Unidos, que a «Renamo já concluiu o acantonamento das suas forças», a Renamo solicitou a abertura de mais centros para a acomodação dos seus homens.

